

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA

A AUSÊNCIA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NOS CURSOS TÉCNICOS:  
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA  
FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO CURSO  
TÉCNICO EM QUALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL ELYSIO VIANA.

CURITIBA  
2018

MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA

A AUSÊNCIA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NOS CURSOS TÉCNICOS:  
LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA  
FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO CURSO  
TÉCNICO EM QUALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL ELYSIO VIANA.

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, Departamento de Filosofia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Luiz Felipe Sigwalt de Miranda

**CURITIBA  
2018**

## TERMO DE APROVAÇÃO

MARCELO PEREIRA DE OLIVEIRA

### **A AUSÊNCIA DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA NOS CURSOS TÉCNICOS: LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SOB A PERSPECTIVA DO CURSO TÉCNICO EM QUALIDADE DA ESCOLA ESTADUAL ELYSIO VIANA.**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, no Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio, Departamento de Filosofia, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

---

Prof. Msc. Luiz Felipe Sigwalt de Miranda  
Orientador(a) – Departamento Filosofia, UFPR.

---

Professor(a). Dr.  
Departamento Filosofia, UFPR.

---

Professor(a). Dr.  
Departamento Filosofia, UFPR.

Curitiba, 29 de Junho de 2018.

## EPIGRAFE

“Todo trabalho é digno e honesto, basta trabalhar certo e nunca virá o incomodo ou a cobrança, trabalhando dessa forma, você conquistará tudo àquilo que deseja, pois as suas conquistas só dependem de você”.

**Manoel Pereira de Oliveira.**

A minha questão não é acabar com a escola, é mudá-la completamente, é radicalmente fazer que nasça dela um novo ser tão atual quanto à tecnologia. Eu continuo lutando no sentido de pôr a escola à altura do seu tempo. E pôr a escola à altura do seu tempo não é soterrá-la, mas refazê-la.

**Paulo Feire**

## RESUMO

No processo de formação dos profissionais de nível médio subsequente, ainda existem problemas em relação ao processo de ensino e aprendizagem das disciplinas relacionadas às ciências humanas. Os cursos são voltados para ambiente industrial e tecnológico e o ensino da filosofia não é contemplado nos projetos políticos pedagógico, planos de ensino, currículos, diretrizes e manuais dos cursos técnicos do Ministério de Educação e da Secretaria de Educação do Paraná. A filosofia e a sociologia são disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio a partir da promulgação da lei 11.684/2008. Segundo Brasil (2008, p.1) a Filosofia e a Sociologia são disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, na qual a educação profissional faz parte. Com a promulgação do PNE - Plano Nacional de Educação (2014) foram definidas 20 metas que determinam diretrizes, metas, ações e estratégias para a melhoria da educação básica. Na meta 11 ficou estabelecido que as matrículas para educação Profissional técnica, serão triplicadas na década de 20 do século XXI, saindo de 1.775.324 em 2016 para 5.224.584 milhões de matrículas até 2024. Diante desse cenário de ampliação das matrículas na educação profissional, inúmeros serão os desafios para a formação de profissionais para o mundo do trabalho com consciência e percepção de problemas filosóficos, sociológicos e questões sociais da sua realidade. A compreensão dos cenários políticos, econômicos, sociais do mundo do trabalho serão alguns dos desafios educação profissional.

**Palavras - Chaves:** Ensino da Filosofia, Educação Profissional, Cursos Técnicos.

## **ABSTRACT**

In the process of training of subsequent secondary level professionals, there are still problems regarding the teaching and learning process of the disciplines related to the humanities. The courses are focused on the industrial and technological environment and teaching philosophy is not contemplated in the political pedagogical projects, teaching plans, curricula, guidelines and manuals of the technical courses of the Ministry of Education and the Department of Education of Paraná. Philosophy and sociology are compulsory subjects in the high school curriculum since the enactment of Law 11684/2008. According to Brazil (2008, p. 1), Philosophy and Sociology are compulsory subjects in all high school grades, in which professional education is a part. With the enactment of the National Education Plan (PNE) (2014), 20 goals were defined that determine guidelines, goals, actions and strategies for the improvement of basic education. In goal 11 it was established that enrollment for technical vocational education will be tripled in the 20s of the 21st century, rising from 1,775,324 in 2016 to 5,244,584 million in enrollments by 2024. Given this scenario of expanding enrollments in vocational education , numerous challenges will be the training of professionals for the world of work with awareness and perception of philosophical, sociological and social issues of their reality. Understanding the political, economic, and social scenarios of the world of work will be some of the professional education challenges.

**KeyWords:** Teaching Philosophy, Professional Education, Technical Courses.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Importância da filosofia na formação técnica em qualidade.....	36
Figura 2: Importância da filosofia para compreensão dos problemas sociais .....	37
Figura 3: Estudos sobre temas de filosofia na educação profissional .....	37
Figura 4: Interdisciplinaridade da filosofia com disciplinas técnicas da qualidade.....	38
Figura 5: Área de formação dos professores do curso técnico em qualidade .....	39
Figura 6: Importância da inclusão da filosofia na educação profissional .....	39

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	8
1.1 OBJETIVO GERAL .....	10
1.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS .....	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES.....	10
2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL .....	14
2.3 ENSINO DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	23
3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....	27
3.1 ENCAMINHAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	29
4. RESULTADOS/ANALISE DE DADOS .....	31
5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....	39



## 1. INTRODUÇÃO

No processo de formação dos profissionais de nível médio subsequente, ainda existem problemas em relação ao processo de ensino e aprendizagem das disciplinas relacionadas às ciências humanas, pois os cursos são voltados para ambiente industrial e tecnológico e o ensino da filosofia não é contemplado nos projetos políticos pedagógico, planos de ensino e currículos, diretrizes e manuais dos cursos técnicos do MEC – Ministério de Educação e da SEED – Secretaria de Educação do Paraná. A filosofia e a sociologia são disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio a partir da promulgação da lei 11.684/2008. Segundo Brasil (2008, p.1) a Filosofia e a Sociologia são disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. Com a promulgação da base nacional comum curricular em 2017, essas disciplinas também foram contempladas como obrigatórias na base nacional comum curricular. No art. 35-A **Brasil (2017, p.1)** aponta que a base nacional comum curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia.

A educação técnica profissional é uma modalidade ensino vinculado ao ensino médio, e nessa modalidade de ensino da filosofia não é contemplado nas grades curriculares dos cursos técnicos de nível médio.

O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: - articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar: I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 1996, P.16)

De acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, a educação profissional técnica está voltado ao ensino médio, mas as diretrizes da educação profissional voltados à regulamentação dessa modalidade de ensino não contempla o ensino da filosofia desses cursos. Como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio, a filosofia deveria ser contemplada nos currículos da educação profissional, pois ela permite ao aluno a desenvolver o pensamento e raciocínio ( independente e critico) sobre as questões sociais, mundo do trabalho, divisão social

do trabalho, razão e existências das coisas, questões políticas e construção do senso crítico da realidade, sociedade e comunidade na qual está inserido.

Com a promulgação do PNE - Plano Nacional de Educação (2014) foram definidas 20 metas que determinam diretrizes, metas, ações e estratégias para a melhoria da educação básica. Na meta 11 ficou estabelecido que as matrículas para educação Profissional técnica, serão triplicadas na década de 20 do século XXI, saindo de 1.775.324 em 2016 para 5.224.584 milhões de matrículas até 2024. Diante das cenário da ampliação das matriculas na educação profissional, inúmeros serão os desafios para a formação de profissionais para o mundo do trabalho com consciência e percepção de problemas filosóficos e questões sociais na sua realidade. A compreensão dos cenários políticos, econômicos, sociais e mundo do trabalho serão alguns dos desafios educação profissional. De acordo com Brasil (2012, p.4) os cursos de educação profissional técnica de nível médio são organizados por eixos tecnológicos em que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos, fundamentos de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

Nesse contexto a filosofia pode ser uma importante ferramenta na educação profissional para construção do conhecimento e compreensão dos processos sociais, políticos, estéticos, éticos e culturais que ocorrem na sociedade. Para compreensão das questões sociais voltadas ao trabalho, é preciso compreender a história, estudo da vida social, educação e os fenômenos da vida da sociedade. A educação profissional, relações de trabalho são fenômenos da sociedade que precisam ser analisados para a compressão das lutas de classes e estruturação da sociedade. A pesquisa em relação à ausência da disciplina de filosofia nos cursos de educação profissional será estruturado a partir das abordagens do movimento do materialismo histórico dialético, na qual permite investigar como se produz um fenômeno social a partir da apreensão da realidade, ações políticas, sociais, econômicas e históricas ao longo dos séculos na formação das sociedades. A proposta desse trabalho será a análise do currículo e diretrizes da educação profissional, sob a ótica do curso técnico em qualidade do Colégio Estadual Elycio Viana, além de apresentar informações sobre a importância da disciplina de filosofia na formação de técnicos de nível médio. Essa pesquisa não definirá soluções para

os problemas do sistema de ensino, despreparo dos professores de filosofia ou incoerências nas políticas públicas de educação profissional e básica, mas apresentará dados e informações sobre a educação profissional, ensino e aprendizagem nas ciências humanas e a ausência da disciplina de filosofia nos cursos da educação profissional.

### **1.1 OBJETIVO GERAL**

- Avaliar a importância do ensino da filosofia na educação profissional, sob a perspectiva do curso técnico em qualidade.

### **1.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS**

- a) Apresentar informações sobre a ausência da disciplina de filosofia na educação profissional.
- b) Compreender as contradições das políticas públicas de educação para o ensino médio e as diretrizes para a educação profissional.
- c) Mostrar dados sobre percepção de alunos e professores sobre o ensino da filosofia na educação profissional.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES**

A partir da revolução industrial, a sociedade contemporânea está numa constante transformação em relação aos modos de vida e modos de produção no capitalismo. Com essas mudanças a formação dos profissionais para o mundo do trabalho, está voltado para o campo do conhecimento técnico e ficando para segundo plano a formação humana, conhecimento filosófico, psicológico, sociológico que permitam aos trabalhadores compreenderem o seu lugar na sociedade e a realidade social na qual está inserido. Com todas essas mudanças que ocorrem nas sociedades com o avanço da tecnologia, informação, comunicação e globalização, esses processos transformam pensamento e as culturas das sociedades.

Não é mais possível negar ou evitar o formidável impacto que as novas tecnologias ligadas ao desenvolvimento das redes informacionais estão produzindo nas atividades humanas, não apenas aquelas ligadas à

produção e ao trabalho, mas também e principalmente à condição de vida do mundo (TESCAROLO, 2007, p.43).

O avanço das tecnologias e automatização dos processos industriais exigem que os processos educacionais modifiquem e evoluam para que estejam sintonizados com as necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, e o papel das instituições de ensino é fornecer profissionais qualificados e capacitados para o desempenho das funções e atribuições da sua formação.

A formação dos trabalhadores está voltado ao modelo tecnicista, que visa adequar a educação às exigências da do mercado de trabalho, mundo industrial e tecnológico. Na corrente das mudanças dos processos industriais, essas implicaram também nos processos de ensino e aprendizagem na qual surgiu a pedagogia tecnicista. A pedagogia tecnicista, o ensino é voltado diretamente para produzir indivíduos para o mercado de trabalho. De acordo com Saviani (2000, p.13), a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. A pedagogia tecnicista influencia a formação dos trabalhadores, com objetivo de formar trabalhadores para os processos operacionais nos chãos de fabrica, excetuando a formação critica e reflexiva sobre a sociedade e a realidade na qual está inserido.

Espera-se que o mundo do trabalho avance na direção de relações trabalhistas mais justas. Isso implica numa maior participação dos trabalhadores nos destinos e nos processos de trabalho. Para que isso aconteça é necessário que o trabalhador tenha conhecimento da tecnologia, da ciência e dos processos necessários em sua produção. (BRASIL, 2013, p.208)

Nesse contexto, as disciplinas de ciências humanas não são focadas no processo de formação dos trabalhadores, principalmente nos cursos técnicos da educação profissional de nível médio. A formação para o mundo do trabalho, está voltado a um processo de alienação da mão de obra, para suprir a demanda do capitalismo, corporações e empresas. A necessidade do capital para subsidiar suas necessidades pessoais, o trabalho no capitalismo cria necessidades materiais aos trabalhadores para que esses sejam mão-de-obra barata para a estruturação e manutenção da ideologia da burguesia que detém os modos de produção. Com o passar das décadas e séculos, o capitalismo se reinventa está presente em toda a

estrutura da sociedade, estabelece regras e impõe um mundo falso de ideologias, modos de vida, cultura, consumo, propriedades e relações de posse.

A situação do proletariado, que representa o grau final de desapossamento, tem o princípio explicativo no seu oposto – a propriedade privada. Esta é engendrada e incrementada mediante o processo generalizado de alienação, que permeia a sociedade civil (esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos) (MARX,2013, p.27) .

Nesse processo de formação dos trabalhadores, a partir da ideologia da burguesa detentora dos meios de produção aliada com a pedagogia tecnicista, os currículos da educação profissional são montados de acordo com as demandas do sistema produtivos da região e comunidade na qual as escolas estão inseridas. Essa visão sistêmica de ensino não dá lugar à educação bancária, uma vez que esta modalidade de ensino “anula o poder criador dos educando ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não a criatividade satisfaz aos interesses dos opressores: para esses, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação (FREIRE, 2005, p. 69).

É vital perceber que, embora nossas instituições educacionais de fato operem para distribuir valores ideológicos e conhecimento, sua influência não se resume a isso. Como sistema institucional, elas também ajudam, em última análise, a produzir o tipo de conhecimento (como se fosse um tipo de mercadoria) necessário à manutenção das composições econômicas, políticas e culturais vigentes. Chamo-o de “conhecimento técnico”, no presente contexto. É a tensão entre distribuição e produção que em parte responde por algumas formas de atuação das escolas no sentido de legitimar a distribuição de poder econômico e cultural existente (APPLE, 1995, p. 39-40)

No currículos e políticas públicas de educação para ensino médio, na qual está incluído a educação profissional técnica, o ensino da filosofia não é realidade, conforme estabelece Brasil ( 2008, p.1) “ serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio”. Mesmo com políticas públicas voltadas a inclusão do ensino da filosofia no ensino médio que inclui a educação profissional, o ensino da filosofia não está nos currículos da educação profissional, na qual poderia agregar valores humanos, críticos e sociais na formação dos trabalhadores, mas ficam presos a um modelo de formação tecnicista e para o mercado de trabalho.

A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim

mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora. Do ponto de vista de tal ideologia, só há uma saída para a prática educativa: adaptar o educando a esta realidade que não pode ser mudada (FREIRE, 1996, p.11).

Na lei de diretrizes e bases, a formação profissional deve abranger aspectos históricos, cultura, além de valores éticos, sociais e políticos para o desenvolvimento profissional e social do educando. De acordo com Brasil (2008, p.3) os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão. Na diretrizes da educação profissional e tecnológica de nível médio, descreve que os educandos devem adquirir conhecimentos e habilidades nas áreas da ciências humanas, então a filosofia e sociologia são disciplinas importantes para a construção de conhecimento para compreensão dos processos políticos, culturais, filosóficos que ocorrem na sociedade e no mundo de trabalho.

Mais do que reproduzir dados, denominar classificações ou identificar símbolos, estar formado para a vida, num mundo como o atual, de tão rápidas transformações e de tão difíceis contradições, significa saber se informar, se comunicar, argumentar, compreender e agir, enfrentar problemas de qualquer natureza, participar socialmente, de forma prática e solidária, ser capaz de elaborar críticas ou propostas e, especialmente, adquirir uma atitude de permanente aprendizado.  
(BRASIL, 2002, p.9)

A Filosofia tem como papel principal a busca pelo sentido, a razão do ser das coisas e da existência. Assim os estudantes trabalhadores, devem adquirir conhecimentos sobre os processos e a estruturação política e ideológica do trabalho na sociedade. No processo de ensino e aprendizagem na educação profissional, a filosofia permite e pode levar os alunos a refletirem sobre questões do mundo atual, estruturas e hierarquias do sistema produtivo, desenvolvimento do pensar, criar, desenvolver e seu lugar na sociedade, além de compreender o mundo complexo das informações na era da globalização e compreensão lógica e organizada do mundo. A discussão filosófica na educação profissional não pode ser distanciado no mundo globalizado, que exige cada vez mais a formação de profissional para o mercado de trabalho. A filosofia e os problema filosóficos, são necessários para a complexidade das relações sociais e do trabalho, na qual os alunos precisam compreender e os docentes devem trazer para os ambientes da educação profissional, assuntos que

levem a construção de conhecimentos sobre o sentido da vida, importância do trabalho, valores éticos e humanos, e não somente uma formação técnica para suprir funções robotizadas nos ambientes fabris.

Nos Estados Unidos, no início deste século, Frederick Taylor elevou os índices de produção ao levar às últimas consequências a divisão do trabalho, considerando os mínimos gestos e reproduzindo-os em uma série de movimentos repetitivos e simples. Aos trabalhadores, muitas vezes submetidos à vigilância e a uma opressiva hierarquia, era exigida nada menos que obediência cega às decisões vindas de cima (CARMO, 1997, p.1)

O ensino da filosofia na educação profissional deve ser estabelecido como pensamento crítico sobre a atualidade, proporcionando um processo educacional que seja conduzido pela formação humana, em que os alunos e professores construam conhecimentos filosóficos ou aprendam filosofia a partir de conceitos e reflexões dos problemas atuais do mundo do trabalho, com base em problemas filosóficos levantados por pensadores ao longo da história da filosofia. A compreensão filosófica das relações de trabalho e educação profissional, podem ser melhor compreendidas a partir do materialismo histórico dialético. Esse método possibilitará investigar a causa e influências sociais, históricas, políticas, econômicas dos problemas relacionados ao processo de formação dos profissionais técnicos de nível médio da educação profissional. Para o entendimento das relações complexas da educação profissional e relações de trabalho, é preciso compreender as dinâmicas das realidades sociais e lutas de classes entre a burguesia e proletariado do século XIX ou trabalhadores e empregadores do XX e XXI.

## **2.2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

A educação profissional no Brasil tem início no processo de colonização, com a chegada dos jesuítas. Na fundação da primeira escola no país, em Salvador 1549, Manuel de Nobrega, com o objetivo de ensinar a ler escrever, mas também ensinar ofícios aos meninos órfãos, moços perdidos, órfãos da terra e filhos de gentios. Por dois séculos a educação no Brasil foi direcionada pelos jesuítas, e somente no século XVIII a educação brasileira, sofreu as primeiras transformações do processo de ensino com a reforma pombalina.

A reforma educacional pombalina culminou com a expulsão dos jesuítas precisamente das colônias portuguesas, tirando o comando da educação das mãos destes e passando para as mãos do Estado. Os objetivos que conduziram a administração pombalina a tal reforma, foram assim, um imperativo da própria circunstância histórica. Extintos os colégios jesuítas, o

governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias (SECO; AMARAL, 2012, p.4).

Entre 1759 e 1800, as reformas pombalinas fecharam as escolas jesuítas e tinham como finalidade de transferir a responsabilidade da educação para o estado. A reforma educacional de Pombal de intitulada de instrução pública, causou um colapso no sistema educacional da época, e o modelo proposto não supriu a demanda da população da época e desestruturou o modelo educacional jesuítico que predominou por duzentos e dez anos no período de colonização no Brasil. Autores, defendem a reforma educacional de grandes proporções e com propósitos ideológicos de Pombal, foi uma das primeiras reformas da educação brasileira que não deram certo, pois o ensino se tornou fragmentado com as aulas régias que eram disciplinas isoladas e ensinadas por um professor e subsidiado pela coroa portuguesa por intermédio do subsídio literário. A educação sob a responsabilidade do estado, conforme estabelecido por Pombal, foram criadas as aulas regias, modelo pedagógico que vem do ideal iluminista, na qual era pregada a ideologia que a educação era para todos. Nesse contexto, a educação passou a ser responsabilidade da coroa portuguesa que assumiu o controle pedagógico da educação no Brasil.

O modelo educacional pombalino, beneficiou uma parte da população (elite colonial), diferente da educação jesuíta que era voltada para todos, até para órfãos e filhos de índios. Com o interesse da coroa portuguesa, a reforma teve a finalidade de modernização da educação para suprir a demanda do mundo mercantilista e reformulação da economia portuguesa. Os projetos educacionais realizados no Brasil Colônia, sempre foram de caráter econômico e político, diferentemente de outras nações, em que a educação, estava voltada para a formação de caráter, construção do conhecimento e para o mundo do trabalho, ou seja, voltado para um projeto de nação. Nesse contexto, a educação ou sistema educacional brasileiro do século XVIII, ficou subordinado aos interesses políticos e econômicos da coroa, com regras, métodos de fiscalização e controle dos professores, sob a responsabilidade de um novo personagem, reconhecido como diretor de estudos, na qual tinha a função de controlar os professores nas metrópoles e colônias.

As propostas educacionais de Pombal com as aulas régias ficaram até o século XIX, e sofreu alterações somente com a chegada da família real no Brasil em 1808, período em que a educação e a cultura no país tiveram um novo rumo e deu



início ao um novo processo de modernização com o surgimento de instituições culturais, educacionais, culturais e universitárias. A instituição de políticas públicas da educação no Brasil iniciaram no século XIX, a partir de 1824 na primeira carta magna da nação, intitulada como constituição política do Império do Brasil. Esse documento imperial Brasil (1824, p.2) estabeleceu a “*instrução* primaria e gratuita a todos os cidadãos, e *Collegios*, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das *Sciencias*, *Bellas Letras*, e *Artes*”. Posteriormente a essa constituição, a educação se tornou um direito de todos os brasileiros, não mais somente a elite da época. Na primeira constituição republicana, em 1891, a abordagem da educação, está voltada a criação de escolas e os meios para o ensino, segundo Brasil (1891, p.23) “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos, criação de instituições de ensino superior e secundário nos Estados”. O marco para a educação profissional no Brasil, inicia a partir de 1900 com a criação das escolas profissionais no Rio de Janeiro pelo então Governador Nilo Peçanha, na qual foram criadas quatro escolas profissionais nas cidades em Campos, Petrópolis, Niterói, e Paraíba do Sul para o ensino de ofícios e aprendizagem agrícolas.

Em 1906 foi estabelecido o ensino técnico no Brasil e no mesmo ano, essa modalidade de ensino caracterizada como importante para o desenvolvimento do Brasil, se tornou parte do discurso de posse do Presidente da Republica “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. Dotada de tanta importância no início do século XX no Brasil, a educação profissional, foi expandida para mais 19 estados no Brasil, com a missão de expandir as escolas de aprendizes artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito. Com a revisão da constituição de 1934, a constituição federal de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial.

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937, p.25)

Com a passar das décadas a partir do início século XX, a educação profissional cresce, e em 1942 com o Decreto nº 4.127, de 25/02/1942, transforma as Escolas de Aprendizagem e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, assim o ensino industrial entra nos sistemas de ensino do país e alunos de cursos técnico poderiam ingressar nos cursos superiores. Na década de 40 com todas as transformações que estavam ocorrendo no Brasil, em prol da industrialização, foi intensa as instalações das escolas comerciais, com a promulgação da lei orgânica da educação nacional, surgiram os precursores do sistema S, SENAI – Serviço Nacional Aprendizagem Industrial(1942) e SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) foi criado em 22 de janeiro de 1942, pelo Decreto-Lei 4.048 do então presidente Getúlio Vargas, com a missão de formar profissionais para a incipiente indústria nacional. Há mais de 70 anos, já estava claro que, sem educação profissional de qualidade, o Brasil não teria uma indústria forte e nem alcançaria o desenvolvimento sustentado (CNI, 2017, p.1).

Em 1971 com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692 de 11/08/1971 torna de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos, e posteriormente em 1978, são criados os CEFETs - Centros Federais de Educação Tecnológica. Na constituição federal de 1988, a educação torna-se um direito social e a carta magna da direção para uma reformulação da LDB - Diretrizes e bases da educação nacional, segundo Brasil (1988, p.1) são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Na segunda LDB elaborado em 1996, descreve que a,

Preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - Articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 1996, p.16).

Em 1996 foi promulgada a terceira lei de diretrizes e bases da educação. A lei federal nº 9.394/1996, e essa marca a mudança no sistema educacional Brasileiro. Essa política pública teve por objetivo estabelecer as diretrizes da educação para assegurar o processo de formação da educação básica ao ensino superior do cidadão brasileiro para a compreensão do ambiente social, natural, político, econômico e tecnológico. Essa lei estruturou a educação nacional, definindo as responsabilidades entre a União, Estados, Municípios e iniciativa privada. O sistema de ensino foram divididos em Federais (Ensino Superior), Estaduais (Ensino Médio) e Municipais (Infantil e séries Iniciais). Essa lei trouxe novamente o ensino profissionalizante como parte integrante da educação básica, vinculada ao ensino médio de forma similar à primeira LDB 1961.

A educação profissional técnica de nível médio, terá como objetivo a preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: I - Articulada com o ensino médio; II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio (BRASIL, 1996, p.16).

Em 1997 a educação profissional toma força com o decreto Nº 2.208/1997 que reconhece a profissionalização para trabalho como modalidade de ensino. A educação profissional tem por objetivos: promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas. (BRASIL, 1997, p.1). No governo de Fernando Henrique com a política neoliberal de desenvolvimento, foram criados ordenamentos jurídicos para as reformas do ensino médio e técnico com subsídios do banco mundial e banco interamericano de desenvolvimento.

No Brasil dos anos 90 tem sido efetivado uma alteração profunda do sistema educacional no seu conjunto. Tratam-se de mudanças que ajustam o campo educativo no plano organizacional, de financiamento e no plano político pedagógico, às reformas neoliberais. Reformas que radicalizam os processos de exclusão social, aniquilam a esferas públicas, direitos sociais e retornam o ideário utilitarista e individualista do mercado livre autorregulado. (FRIGOTTO,2000, p.119).

De acordo com a portaria do MEC 1005/1997 aprovação da continuidade da preparação do PROEP - Programa de reforma da educação profissional, identificado como passível de financiamento externo, por meio de operação de crédito externo com o banco interamericano de desenvolvimento. (BRASIL, 1997, p.2). No ano de

1999 a educação profissional começou a ser reestruturada com os pareceres e resoluções do MEC - Ministério da educação e cultura que definiram novas diretrizes para a educação profissional. As resoluções CNE/CEB nº 04/99 e CNE/CEB nº 16/99 definiram que a educação profissional seria integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, objetivada a garantir ao cidadão o direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. (BRASIL, 1999, p.1). Com todas as reformas educacionais que ocorreram durante varias décadas no Brasil, no final do século XX a visão da educação profissional pelos preceptores, ainda estava pautada na dualidade e divisão da educação para elite e para os pobres.

A educação para o trabalho não tem sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira como universal. O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente à “formação de mão-de-obra”, tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população, levando, inclusive, a se considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com educação profissional. (BRASIL, 1999, p. 566)

No inicio da primeira década do século XXI, a educação profissional tornou-se novamente importante nas estratégias do governo federal frente aos avanços tecnológicos, globalização e avanço do sistema capitalista. Em 2001o ministério da educação criou o PROEP-Programa de Expansão da Educação Profissional e a lei 10.172/2001 que definiu o PNE – Plano Nacional de Educação. Essa lei incluiu a educação profissional como parte integrante dos sistemas de informação e de avaliação da educação, e também divulgou o diagnostico dessa modalidade de ensino no País.

A Educação Profissional tem reafirmado a dualidade propedêutico-profissional existente na maioria dos países ocidentais. Funcionou sempre como mecanismo de exclusão fortemente associado à origem social do estudante. Embora não existam estatísticas detalhadas a respeito, sabe-se que a maioria das habilitações de baixo custo e prestígio encontra-se em instituições noturnas estaduais ou municipais. Em apenas 15% delas há bibliotecas, menos de 5% oferecem ambiente adequado para estudo das ciências e nem 2% possuem laboratório de informática – indicadores da baixa qualidade do ensino que oferecem às camadas mais desassistidas da população. Há muito, o País selou a educação profissional de qualquer nível, mas sobretudo o médio, como forma de separar aqueles que não se destinariam às melhores posições na sociedade. (BRASIL, 2001, p.2).

Com o avanço das tecnologias, neoliberalismo, automatização e globalização exigiram a modificação dos processos educacionais para sintonizar com as necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, e o papel das instituições de

ensino seria fornecer profissionais qualificados para o desempenho das funções operacionais e técnica nos sistemas produtivos do capitalismo.

Com o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, as reformas educacionais continuaram e novas perspectivas para a educação profissional surgiram, saindo de uma visão tecnicista neoliberal para uma visão progressista que possibilitou a expansão da educação, ensino profissionalizante e ensino superior no Brasil. No ensino superior foram criados os programa universidade para todos e o programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais. A educação profissional foi reestruturada com o decreto 5.154/2004 que regulamentou o ensino profissional por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica, com a centralidade do trabalho como princípio educativo. Com o modelo de educação geral tecnicista do governo anterior a Lula, paralisaram a formação de técnicos para a demanda industrial, e segundo Brasil (2005, p. 2) era preciso corrigir as distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. A preocupação do governo Lula foi instituir uma relação da educação profissional com a educação e jovens e adultos, e assim pelo decreto nº 5.478/2005 foi criado o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos para o atendimento aos trabalhadores que não tiveram a formação na idade certa e poderiam acessar o ensino profissional com o ensino fundamental completo. Segundo dados do Educacenso 2008, o ensino profissional e tecnológico cresceu, naquele ano, 14,7% em relação a 2007, tendo sido o segmento que mais expandiu seu número de matrículas, entre todos os níveis. A educação profissional concomitante ao ensino médio teve aumento de 19,6%. Já a educação profissional subsequente oferecida aos estudantes que já concluíram o ensino médio experimentou aumento de 10,5% no número de matrículas. (BRASIL, 2009, p.1)

Com varias ações para a expansão do ensino profissional, em 2008 são criados os institutos federais de educação pela lei 11.892/08 que instituiu a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica que criou em todos os estados os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. Outro evento importante para a educação profissional foi à criação dos da primeira edição dos

catálogos cursos técnicos em 2008, que definiu os cursos por eixos tecnológicos e áreas de formação.

A equação que buscamos solucionar envolve o fortalecimento da identidade dos cursos técnicos, sua sintonia com as vocações e peculiaridades regionais e necessidade de ampliação de sua visibilidade. Disponibilizamos à sociedade brasileira um instrumento que relaciona, para cada curso técnico, importantes informações, tais como: atividades principais desempenhadas pelo técnico, destaques em sua formação, possibilidades de locais de atuação, infraestrutura recomendada e carga horária mínima, subsídios fundamentais para o exercício da cidadania no acompanhamento dos cursos. (BRASIL, 2008, p.1)

Com toda a expansão da profissionalização e formação de técnicos no governo Lula foi criado o sistema nacional de informações da educação profissional e tecnológica, como órgão regulador do ensino profissionalizante dentro do ministério de educação. Em 2011 a expansão do ensino profissionalizante continuou no governo da presidente Dilma Rousseff, com a criação do Programa nacional de ensino técnico e emprego. Com a promulgação da lei 12.513/2011 que possibilitou a ampliação da oferta de cursos técnicos, bolsa formação e expansão das redes federais, estaduais e cursos a distancias para a capacitação de trabalhadores em conjunto com as políticas de geração de emprego e renda. Com essa expansão e solução das necessidades do segmento produtivo e formação de mão de obra qualificada. Em 2012 foram definidas novas diretrizes curriculares os cursos técnicos de nível médio com a resolução do MEC nº 6/2012 que reorganizou os eixos tecnológicos. Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais. (BRASIL, 2012, p.1). Em 2014 outro marco importante para a educação profissional foi o novo plano nacional da educação, aprovador pela Lei Nº 13.005/2014 que estabeleceu metas para a elevação do nível educacional do país até 2024. Uma das propostas desse plano, descrito na meta 11, é aumentar as matrículas para os cursos técnicos de nível médio, saindo de 1.775.324 milhões matrículas em 2016 para 5.224.584 milhões de matrículas até 2024. Segundo Brasil (2014, p. 10) o objetivo descrito na meta 11 é triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público na rede federal e redes estaduais. Com todas as expectativas de expansão no governo da presidente Dilma Rousseff, após seu impeachment a educação profissional tem

sobrevivido no governo de Michel Temer com suas políticas neoliberais já conhecidas na década 1990 nos governos Collor e Fernando Henrique. No governo atual em 2018 os investimentos e desenvolvimento de políticas públicas foram reduzidas, criando outros programas de formação profissional como o mediotec e a implantação da reforma do ensino médio que prevê a opção de formação técnica e profissional e o estabelecimento da base comum curricular que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica no país.

O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas; V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017, p.1)

Com todas as turbulências que ocorreram no país entre 2015 a 2018 com as transições de governo e alterações nas políticas educacionais, a educação profissional, ainda está sendo uma alternativa para a formação das classes populares e alunos da educação pública para ter acesso ao mundo do trabalho e melhorar a renda e condição social. Com todas as observações e análise das políticas públicas, transições de governos, políticas educacionais, ideologias e interesses políticos ao longo dos séculos e últimas décadas para a construção de um sistema educacional que atendesse a demanda da população brasileira e interesses econômicos, identifica-se que a educação desde os primórdios da colonização do Brasil sempre foi dualista formação profissional para as classes populares que executavam atividades manuais e ensino superior para elite. Nesse contexto a educação profissional sempre foi um mecanismo ideológico de alienação para a classe trabalhadora para o controle social das famílias e classes dominantes no sistema capitalista e política no Brasil.

A educação não é neutra ela sempre estará a serviço de algo, desta forma, esta, tanto pode ser um instrumento de decisão, de transformação, inserção da crítica na sociedade, também pode estar a serviço da continuação da estratificação social, da injustiça, das desigualdades e imobilização, permanecendo os valores essenciais para manutenção da exploração das camadas populares. (FREIRE, 2000, p.27)

Por todas as políticas públicas de educação profissional elaboradas no Brasil, esse modelo de ensino carrega traços hereditários de uma formação sem prestígio social, na qual o sujeito é formado para atender uma demanda de mercado

como mão de obra barata para atendimento aos interesses capitalistas, industriais e agronegócio. Um dos grandes perigos dos tempos atuais é uma escola a duas velocidades, por um lado, uma escola concebida essencialmente como um centro de acolhimento para os pobres, com uma forte retórica da cidadania e da participação. Por outro lado, uma escola claramente centrada na aprendizagem e nas tecnologias, destinada a formar os filhos dos ricos. (NÓVOA, 2009, P. 64). No Brasil, o dualismo das classes sociais, a desigualdade no acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Sua organicidade social está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. (CIAVATTA, 2005, p.4). Essa modalidade de ensino e formação profissional, carregada interesses políticos, ideologias capitalistas e neoliberais. Essa formação está voltada para a inserção de mão de obra barata no mercado de trabalho, e não a formação emancipatória, consciente e libertadora para compreensão da realidade social, ambiental, política, mundo do trabalho, economia e sistemas de produção em que os trabalhadores estão inseridos e como esses aspectos influenciam as suas vidas em sociedade.

### **2.3 ENSINO DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Nos currículos atuais o ensino da filosofia não faz parte das disciplinas dos cursos técnicos como ferramenta para compreensão dos processos históricos, políticos e ideológicos inseridos na educação nas relações de divisão do trabalho. De acordo com a lei de diretrizes e bases da educação de 1996, estabelece que a educação profissional seja parte integrante do ensino médio. A educação profissional técnica será desenvolvida articulada com ensino médio, integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 1996, p.17). Vinculada ao ensino médio a educação profissional, deveria ter a filosofia como disciplina obrigatória nas grades curriculares dos cursos técnicos. Com a 11.684/2008, a Filosofia e a Sociologia são disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio, seguindo essa política pública de educação, seria obrigatória na educação profissional. De acordo com a resolução 1/2009 do MEC,



estabelece que todos os conteúdos curriculares de filosofia e sociologia deverão ser incorporados ao ensino médio.

Os componentes curriculares de Filosofia e Sociologia são obrigatórios ao longo de todos os anos do Ensino Médio, qualquer que seja a denominação e a organização do currículo, estruturado este por sequência de séries ou não, composto por disciplinas ou por outras formas flexíveis. Os sistemas de ensino deverão estabelecer normas complementares e medidas concretas visando à inclusão dos componentes curriculares Filosofia e Sociologia em todas as escolas, públicas e privadas. (BRASIL, 2009, p.2)

No contexto da educação profissional como parte integrante do ensino médio e de acordo com essa resolução, aparentemente existem contradições nas diretrizes e bases da educação profissional, educação profissional e políticas públicas que obrigam o ensino da filosofia no ensino médio. Na educação profissional os cursos são divididos em eixos tecnológicos, esses determinam como deverão ser estruturadas as grades curriculares e áreas de conhecimento abrangente nos cursos técnicos vinculados ao eixo. Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas às normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio. (BRASIL, 2012, p.1). No artigo 35 da lei de diretrizes e bases as relações do ensino da filosofia, ensino médio e educação profissional se convergem e a lei determina a interdisciplinaridade dessas três áreas. Segundo Brasil, (1996, p.1) O ensino médio, etapa final da educação básica, terá como finalidades: Preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. O ensino da ética, autonomia intelectual e pensamento crítico só é possível com o ensino da filosofia e a interdisciplinaridade dessa com outras disciplinas do currículo básico do ensino médio. Além das políticas públicas e resoluções do MEC, o ensino de filosofia também está vinculado aos PCN - Parâmetros curriculares nacionais foram aprovados em 1997 pelo Conselho Nacional de Educação, seu objetivo foi desenvolver mecanismo para reduzir a fragmentação dos currículos escolares com a implantação dos temas transversais. Os temas transversais foram divididos em seis temas: Ética, Pluralidade Cultural,

(Trabalho, Consumo, Cidadania), Saúde, Orientação Sexual e Meio Ambiente. A atribuição desses temas era propiciar um projeto interdisciplinar na escola, de acordo com uma problemática estabelecida na instituição de ensino ou na comunidade, assim o tema transversal que está interligado com a problemática, passa ser trabalhado nas disciplinas para ampliar a discussão do problema na escola e em suas adjacências. Os PCN se constituem em um subsídio para apoiar a escola na elaboração do seu projeto educativo, inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados como temas transversais. (BRASIL, 2007 p.14). Os temas transversais definidos nos PCN estão ligados a assuntos que repercutem na sociedade e estão presentes no cotidiano das pessoas. Na estrutura dos PCN e seus temas transversais está incluído o ensino da ética, disciplina que está vinculado ao ensino da filosofia, conceito que está ligado a história da filosofia.

Em um mundo globalizado, em que culturas e processos políticos e econômicos parecem fugir ao controle e ao alcance, a construção de identidades solidamente alicerçadas em conhecimentos originados nas Ciências Humanas e na Filosofia constitui condição imprescindível ao prosseguimento da vida social, evitando-se os riscos da fragmentação ou da perda de referências existenciais, responsável por variadas formas de reação violentas e destrutivas. BRASIL, 1997,p.13)

A inclusão do ensino da ética nos PCN constitui como subsídio de apoio as escolas na elaboração de projetos educativos que incluam ações para a ampliação e concretização do ensino da filosofia de forma específica ou de forma interdisciplinar para a construção do pensamento crítico e autonomia dos alunos do ensino médio e educação profissional. Os conceitos estruturadores da Filosofia devem estabelecer o que o aluno deve conhecer e que competências desenvolver no curso de Filosofia no Ensino Médio configura uma tarefa a ser enfrentada de maneira diversa daquela que se espera em qualquer outra disciplina, por causa das características que são próprias ao filosofar. (BRASIL, 1997, p.1). A abordagem da filosofia na educação profissional é necessária para que os alunos trabalhadores compreendam as questões a sua realidade sobre as questões sociais, mundo do trabalho, divisão social do trabalho, construção do senso crítico da realidade. A qualificação do trabalhador compreendida como aquisição do conteúdo do trabalho, desenvolvido pelo capitalismo é fundamental, mas não esgota a questão; é imprescindível o

desenvolvimento da consciência da classe trabalhadora, de tal modo a permitir a superação do modo capitalista de trabalho. (KUENZER,1995, p.13)

Podemos, agora, considerar a Filosofia na sua dimensão pedagógica, como disciplina do Ensino Médio comprometida com a formação cidadã, e, a partir do posicionamento tomado no item anterior e das ressalvas que foram feitas sobre os diversos caminhos a serem seguidos, torna-se possível estabelecer como conceitos estruturadores da Filosofia: o ser, o conhecimento e a ação. Desdobramos então esses conceitos, lembrando que a apropriação que deles faz a Filosofia é no sentido de uma reflexão radical – que busca as raízes dos conceitos, seus fundamentos e pressupostos – e indaga sobre seus fins. (BRASIL, 1997, p.1)

A finalidade dos cursos de educação profissional é a formação de técnicos de nível médio que atendam a demanda do mundo do trabalho e compreendam os problemas socioambientais. Eles devem atender não somente a expectativas da área de formação técnica como, administrativa, mecânica, eletrotécnica, recursos humanos, contabilidade, construção civil, qualidade, segurança do trabalho, radiologia, química, mecatrônica e eletromecânica, mas também devem atender as necessidades e questões ideológicas que estão relacionados às atribuições da sua profissão. A filosofia deve se manter como livre exercício da razão treinada, que descobre os significados mais profundos da realidade e que dialoga com ideias e teorias do passado e do presente. Por isso, ela é necessária para todos nós que desejamos construir projetos individuais e coletivos de vida que nos levem à plenitude do que podemos ser. (ARANHA; MARTINS, 2005, p.15-17). Nas diretrizes da educação profissional de 2012, descreves os princípios norteadores para a formação e nível técnico e descreve a obrigatoriedade de conhecimentos filosóficos, que somente são possíveis com o ensino da filosofia na educação profissional. São princípios da educação profissional técnica de nível médio: Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional; trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura, articulação da educação básica com a educação profissional e tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. (BRASIL, 2012, p.1). É urgente, avançar, para não mais se ouvir, em futuro oprimimos, a queixa angustiada dos poucos trabalhadores que, conscientes de sua situação de classe, lutam pelos direitos de uma categoria desmobilizada e desinformada, que continua achando que ter emprego, salário, benefícios, condições de trabalho, é dada, e não conquista, é benesse, e não

direito.(KUEZER,1995, p.9). A educação profissional no Brasil está voltada para a formação de mão obra para mercado de trabalho, e não formação crítica, emancipatória e libertadora para formação consciente e crítica das suas realidades, e que possa entender como as influencias, políticas, econômicas, sociais e ambientais influenciam a sua vida. Para Brasil (2007, p.12,) a educação profissional cria essas conexões e estabelece, em primeiro lugar, o vínculo da escola com o mundo do trabalho e com o da produção; do conhecimento abstrato e da formação geral com a formação específica, com os ofícios, com as habilidades e competências.

De uma forma geral a educação profissional tem servido para preparar mão de obra (qualificação da força de trabalho) para as relações de produção capitalistas vigentes no Brasil. Predominou, ao longo da história, uma finalidade instrumental, operacional, qual seja, que o trabalhador fosse capaz de executar as funções que lhes são reservadas de forma mecânica e tecnicista. Esta função delegada ao então denominado ensino profissionalizante (ensino técnico) é resultado de uma sociedade estruturada de forma dual: proprietários dos meios de produção, detentores do capital e, trabalhadores, donos de sua força de trabalho a ser transformada em mercadoria de venda e produção. (GRABOWSKI; RIBEIRO, 2006, P. 2).

De acordo com alguns autores, o mundo do trabalho e a educação ocorrem em duas perspectivas para o atendimento as necessidades e mediações sociais dos indivíduos de uma sociedade. A educação tem seu sentido fundamental como formação humana e humanizadora, com base em valores e em práticas ética e culturalmente elevados; e também ocorre em formas pragmáticas a serviço de interesses e valores do mercado, da produção capitalista, nem sempre convergentes com seu sentido fundamental (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2006, p.98).

### **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

A pesquisa será delineada a partir do materialismo histórico dialético, partindo das concepções de Karl Marx e seus contemporâneos em relação aos modos de produção que sustenta a educação profissional a partir do século XIX na formação das fabricas e necessidade de profissionais habilitados para desempenho de determinadas funções no mundo do trabalho.

Como método de pesquisa nas ciências humanas, o materialismo histórico-dialético pretende romper com as diversas formas de análises metafísicas, de variados enfoques e níveis de compreensão da realidade, porém sempre lineares, a - históricas e harmônicas. “Há, pois, a exigência necessária de uma concepção de realidade, um método capaz de desvendar as ‘leis’

fundamentais que estruturam um problema que se investiga” (FRIGOTTO, 1991).

A educação profissional e a escola são variáveis que devem ser analisadas, sob o enfoque da pesquisa em educação, e o materialismo histórico dialético possibilita a análise de concepção de mundo, de homem, de sociedade, de história e as suas instituições públicas e privadas e seus movimentos na sociedade. Levando em consideração as deficiências nos processos de ensino, aprendizagem e desestrutura das instituições de ensino para a educação profissional. A metodologia utilizada nesse trabalho foi pesquisa bibliográfica e estudo de campo. Esse trabalho de pesquisa é classificado como uma pesquisa básica e tem caráter exploratório com levantamento em campo, sendo voltada à aquisição de novos conhecimentos com vistas a compreender as lacunas da educação profissional em relação ao ensino da filosofia. A pesquisa exploratória para Gil (2007 p.27) é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato. Esse tipo de pesquisa pode envolver levantamento campo, bibliográfico e entrevistas com pessoas envolvidas no problema pesquisado. Segundo Neto e Gomes (1994), o trabalho de campo se apresenta como uma possibilidade de conseguir não só uma aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar, mas também criar um conhecimento, partindo da realidade onde se encontram os objetos de estudo.

O foco da pesquisa será buscar informações sobre a importância da filosofia nos cursos técnicos da educação profissional, a partir da opinião de professores e alunos do curso técnico em qualidade em andamento no ano de 2018 para entender a necessidade da abordagem da filosofia e problemas filosóficos no processo de ensino e aprendizagem dos profissionais de nível médio. O levantamento das informações para a composição avaliação e análise de dados serão realizadas através de um questionário que foram direcionados para os alunos colégio. Em complemento ao levantamento de campo, foram realizados coleta e levantamento de informações em livros, apostilas, monografias, dissertações, teses, sites do MEC, secretaria municipal de educação, contato com professores e alunos. As informações adquiridas nas literaturas servirão para a composição da fundamentação teórica, possibilitando a aquisição de novas informações sobre a sobre o ensino da filosofia na educação profissional.

### 3.1 ENCAMINHAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO DA PESQUISA.

A partir da revolução industrial, a sociedade contemporânea está em constante transformação em relação aos modos de vida, modos de produção e avanço tecnológicos, crises ambientais e troca de informações rápidas. No capitalismo as relações de trabalho, educação e ensino são voltados para o abastecimento da mão de obra para os modos de produção, na qual a escola passa ser uma instituição de viabilização e construção de conhecimento para as praticas operacionais do trabalho. Esse processo a partir do século XVIII, inicia a abertura e expansão das escolas de artes e ofícios que nasceram da intenção de preparar mão-de-obra especializada para atender as transformações e necessidades operacionais do sistema produtivo, na qual os processos e modos de produção eram dominados pelos interesses burgueses. Com essas mudanças a formação dos profissionais para o mundo do trabalho, está voltada especificamente para o campo do conhecimento técnico, e não abrange uma formação humana ou interdisciplinar com outras áreas do conhecimento como o filosófico, geográfico, histórico, político, sociológico e ambiental que permitam aos trabalhadores compreenderem a sua realidade na sociedade. Esse processo de formação da mão-de-obra para os sistemas de produção, está voltado ao modelo tecnicista, que visa adequar a educação às exigências da do mercado de trabalho, mundo industrial e tecnológico. Na corrente das mudanças dos processos industriais, essas implicaram também nos processos de ensino e aprendizagem, na qual surgiu a pedagogia tecnicista. A proletarização é muito desigual, contraditória e problemática, do ponto de vista do próprio trabalhador. Envolve perspectivas e desafios novos, com quais o trabalhador está começando a se habituar. Por um lado, estão a especialização flexível, automação, robótica, microeletrônica, informática, atividade intelectual e manual, comprometimento psicossocial e cultural. (LANNI, 1996,p.46). Nesse contexto, as disciplinas de ciências humanas não são focadas no processo de formação dos trabalhadores, principalmente nos cursos técnicos da educação profissional de nível médio. A formação para o mercado de trabalho está voltado a um processo de alienação da mão de obra, para suprir a demanda do capitalismo, corporações e empresas, modelos econômicos e instituições detentoras dos modos de produção, ligados ao elitismo (classe dominante) com fortes influencias políticas e partidárias do estado.

As ideias dominantes para a reprodução do elitismo brasileiro, como a do patrimonialismo que demoniza seletivamente o ocupante do Estado e a do populismo que demoniza as classes populares, não são apenas ensinadas nas escolas e nas universidades. Seu ensino nas universidades é importante pois confere o prestígio do conhecimento científico, com seu apanágio de universalidade e neutralidade objetiva, a essas visões muito particulares da vida social e política. Armadas dessa consagração do campo científico, elas passam a ter ainda mais peso na formação de uma opinião pública manipulada ao se transformarem em motes usados como arma política pela grande imprensa (SOUZA, 2017, p.82)

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc., (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

A ideologia é, assim, uma consciência equivocada, falsa, da realidade. Desde logo, porque os ideólogos acreditam que as ideias modelam a vida material, concreta, dos homens, quando se dá o contrário: de maneira mistificada, fantasmagórica, enviesada, as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si. (MARX, 2013 p.29)

A formação do trabalhador, apenas para o mercado de trabalho, existe por trás dessa formação um aparato ideológico no sistema capitalista de alienação e controle social estabelecida pelos modos de produção. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor-de-uso particular, um artigo especificado. A produção de valores-de-uso muda sua natureza geral, por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle (MARX, 2013). A educação e o mundo trabalho são fatores essenciais para as sociedades, e possuem uma relação histórica no processo de formação dos cidadãos, na busca de emprego para suprir as suas necessidades sociais. No movimento e construção do materialismo histórico dialética no livro a ideologia alemã, Marx e Engels (2001, p.25) definem que para os homens consigam fazer história, é absolutamente necessário, em primeiro lugar, que se encontre em condições de poder viver, poder comer, beber, vestir-se, alojar-se. A satisfação das necessidades elementares cria necessidades novas e a criação de necessidades novas constitui o primeiro ato da história.

As relações sociais, estão intimamente ligadas às forças produtivas; adquirindo novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o seu modo de produção, a maneira de ganhar a

vida, mudam todas as suas relações sociais. O moinho a mão dá-nos a sociedade com o suserano: o moinho a vapor, a sociedade com o capitalista industrial”. Assim, “estas ideias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 2001, p.4).

A educação profissional, relações de trabalho e história da fenômenos da sociedade que precisam ser analisados para a compressão do processo histórico das lutas de classes, estruturação da sociedade, avanço do capitalismo, relações de trabalho, formação profissional, desenvolvimento tecnológico e crises ambientais, na qual esses processos estão interligados na sociedades contemporâneas.

Não é possível, realizar uma investigação no campo social e especificamente na área educacional, senão tem ideia clara dos capitais do materialismo histórico: estruturação das formações socioeconômicas, modos de produção, forças e relações de produção, classes sociais, ideologia, que é a sociedade, base e superestrutura da sociedade, historia da sociedade como sucessões das formações socioeconômicas, consciência social e consciências individual, cultura como fenômeno social, progresso do homem, ideia da personalidade, da educação. (TRIVINOS, 1987, p.73)

O movimento do materialismo histórico dialético permite investigar como se produz um fenômeno social a partir da apreensão da realidade, ações políticas, sociais, econômicas e históricas ao longo dos séculos na formação das sociedades. De acordo com Trivinos (1987, p.73) a pesquisa de cunho materialista dialético, pode ser esboçada a partir da contemplação viva do fenômeno etapa inicial do estudo que se estabelece a singularidade da coisa (informações, análise de documentos, dispositivos legais) no caso dessa pesquisa foi a das políticas públicas para o ensino da filosofia e a importância dessa disciplina na educação profissional.

Para o entendimento das relações complexas da educação profissional, questões filosóficas, relações de trabalho, é preciso compreender as dinâmicas das realidades sociais e lutas de classes entre a burguesias proletariado do século XIX ou trabalhadores e empregadores do XX e XXI, a compreensão do materialismo dialético desenvolvido por Karl Marx, é fundamental a compreensão das realidades sociais e aparatos ideológicos que fundamentam a estrutura da educação, mundo do trabalho, sistema econômico e dos modos de produção contemporâneos, e suas influencias enraizadas no passado.

#### **4. RESULTADOS/ANALISE DE DADOS**



O estudo de campo e levantamento das informações da importância do ensino da filosofia na educação profissional, foi realizado no Colégio Estadual Professor Elysio Vianna, situada na rua salgado filho Nº 1320 bairro Guabirota. O colégio oferta diferentes modalidades de ensino, possui 32 turmas e 769 matrículas distribuídas em ensino fundamental, ensino médio integrado e subsequente com os cursos de Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Química e Técnico em Qualidade. O projeto político pedagógico da escola prioriza uma ação articuladora para a promoção de reflexões para que todos percebam as necessidades de aprendizagem, com propósito de estabelecer níveis de intervenção necessários para efetivar processos de mudança da prática e dos processos de aprendizagem da escola.

As relações pedagógicas tem como estratégia fundamental a valorização do processo de aprendizagem com ênfase nas questões de definição e desenvolvimento das competências e habilidades, seleção de conteúdos, metodologia, buscando qualidade, onde os alunos dominem muito bem as habilidades de leitura, escrita, situações problema, podendo participar da sociedade. A escola coloca em primeiro plano o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade, flexibilidade, autonomia, capacidade de adaptação à situação nova e atender as demandas básicas da leitura e da escrita para acompanhar a evolução tecnológica no processo produtivo e seus desdobramentos políticos, sociais e éticos. (VIANA, 2010)

O levantamento sobre a importância do ensino da filosofia na educação profissional foi realizado no curso técnico em qualidade, com professores e alunos do primeiro, segundo e terceiro período. O curso técnico em qualidade está vinculado ao eixo tecnológico gestão negócio que compreende tecnologias associadas a instrumentos, técnicas, estratégias e mecanismos de gestão.

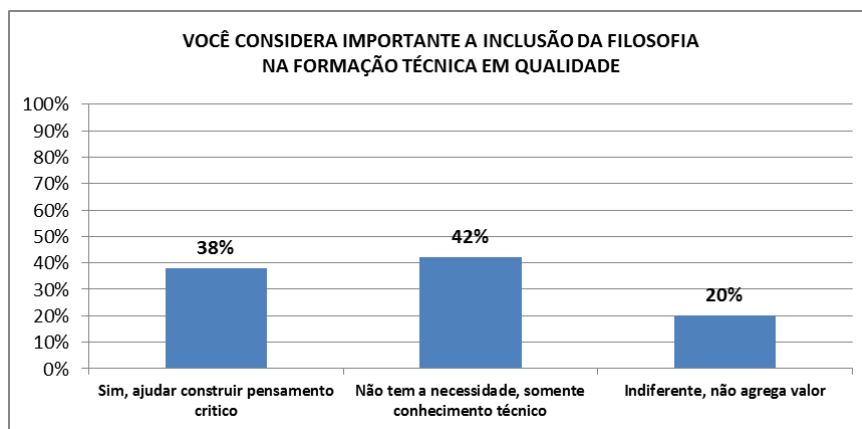
Segundo BRASIL( 2016, p. 79) o eixo tecnológico gestão e negócios abrange planejamento, avaliação e gestão de pessoas e de processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações e instituições públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação; busca da qualidade, produtividade e competitividade; utilização de tecnologias organizacionais; comercialização de produtos; e estratégias de marketing, logística e finanças. A organização curricular dos cursos contempla conhecimentos relacionados a: leitura e produção de textos técnicos; estatística e raciocínio lógico; línguas estrangeiras; ciência e tecnologia; tecnologias sociais e empreendedorismo; prospecção mercadológica e marketing; tecnologias de comunicação e informação; desenvolvimento interpessoal; legislação; normas técnicas; saúde e segurança no trabalho; responsabilidade e sustentabilidade social e ambiental; qualidade de vida; e ética profissional.

A formação do técnico em qualidade, prepara o profissional para o mundo do trabalho para atuação em empresas públicas e privadas, no processo de elaboração de manuais, procedimentos, diagnósticos e relatórios de processos de qualidade das organizações, elabora e executa auditorias internas da qualidade, acompanha auditorias externas. Divulga os procedimentos de qualidade e propõe ações de informação e formação específica, identifica inconformidades em serviços, produtos e processos e suas possíveis causas. Para aprender é indispensável que haja um clima e um ambiente adequados, constituídos por um marco de relações em predominem à aceitação, confiança, respeito mútuo e a sinceridade. É preciso criar um ambiente seguro, ordenado que ofereça a todos os alunos a oportunidade de participar, num clima com multiplicidade de interações que promovam a cooperação e a coesão do grupo. (ZABALA, 1998, p.100). Nesse contexto foi realizada a ambientação para a conquista da confiança dos alunos, e assim compreender as percepções em relação as experiências que esses tiveram com a filosofia no ensino médio e na educação profissional. De acordo Freire (1996, p.30) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes.).

Para a melhor compreensão do tema da pesquisa sobre o ensino da filosofia na educação profissional, foram avaliados o conhecimento e importância da disciplina no processo de formação dos cursos técnicos. Para a coleta de dados e compilação dos dados foi utilizado a plataforma do *Survey Monkey*, aplicativo que permite realizar o levantamento de informação em determinada população, na qual foi aplicado um questionário com três perguntas para professores e três para alunos sobre o ensino da filosofia. No processo de levantamento de informações iniciais sobre a importância do ensino da filosofia, as informações foram obtidas com uma amostra de 20 alunos de um total de 80 divididos em três períodos, um percentual de 25% do total de alunos. Com os professores as informações foram obtidas com uma amostra de 10, de um total de 20 professores do curso técnico em qualidade, uma amostra de uma amostra de 50% dos docentes.

Na pesquisa, os alunos foram questionados sobre a importância da inclusão da filosofia na formação técnica em qualidade, de acordo com a figura 1, segundo 38% da amostra considerou que é importante a inclusão para a construção de um

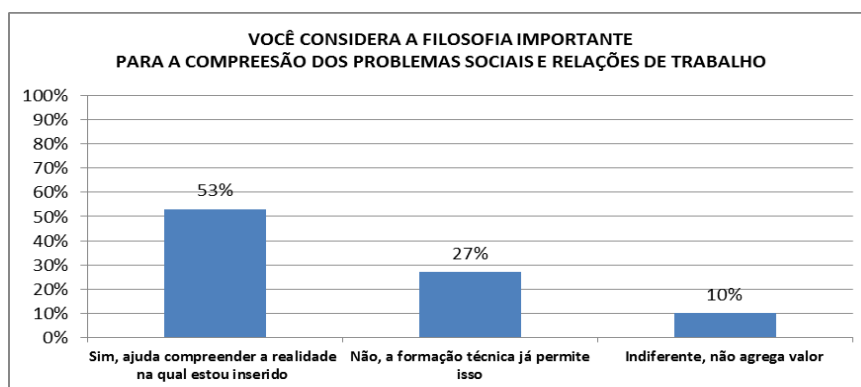
pensamento crítico e 62% acreditam que não tem necessidade e indiferente que a disciplina não agrega valor. Isso demonstra que na educação profissional os alunos estão voltados para uma formação técnica, e a formação humana para a compreensão sobre divisão do trabalho, exploração do capitalismo e ideologias dos sistemas produtivos das grandes corporações.



FONTE: AUTOR (2018)

Na figura 2, é apresentado sobre a consideração dos alunos em relação ao a importância do ensino da filosofia na educação profissional para os problemas sociais e as relações de trabalho. Segundo 53% consideram importante para compreender a realidade na qual estão inseridos, 27% não consideram importante porque a forma técnica já permite essa compreensão e 10% define como indiferente e não agrega valor a disciplina na formação profissional. Esses dados demonstram que por parte dos alunos que a disciplina de filosofia é importante para a construção do conhecimento, mas o ensino dessa disciplina na educação profissional é bloqueada pelos projetos políticos pedagógicos e currículos que não seguem na integra as diretrizes para a educação profissional e de bases para a educação nacional.

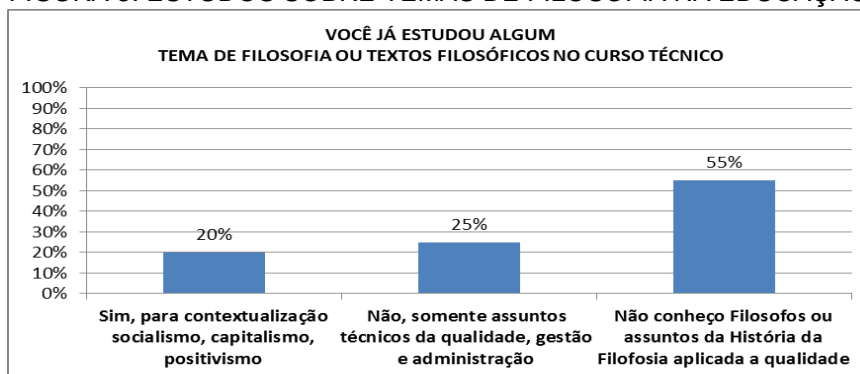
FIGURA 2: IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA PARA COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS



FONTE: AUTOR (2018)

Em relação ao ensino e aprendizagem na educação profissional, os alunos foram indagados se tinham estudado temas de filosofia ou textos filosóficos nas disciplinas do curso técnico em qualidade. De acordo com os dados da figura 3, 55% da amostra não conhecem filósofos ou assuntos da história da filosofia, 25% descrevem que tiveram no curso somente disciplinas técnicas relacionadas ao curso e 20% descrevem que já estudaram temas filosóficos. Com as repostas de desconhecimento de temas filosóficos, dos 55% da amostra, demonstra o quanto é importante o ensino da filosofia na educação profissional para o desenvolvimento pessoal e humano dos alunos que recebem um bombardeio de informações técnicas para o desempenho de atividades artesanais nos sistemas produtivos capitalistas.

FIGURA 3: ESTUDOS SOBRE TEMAS DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

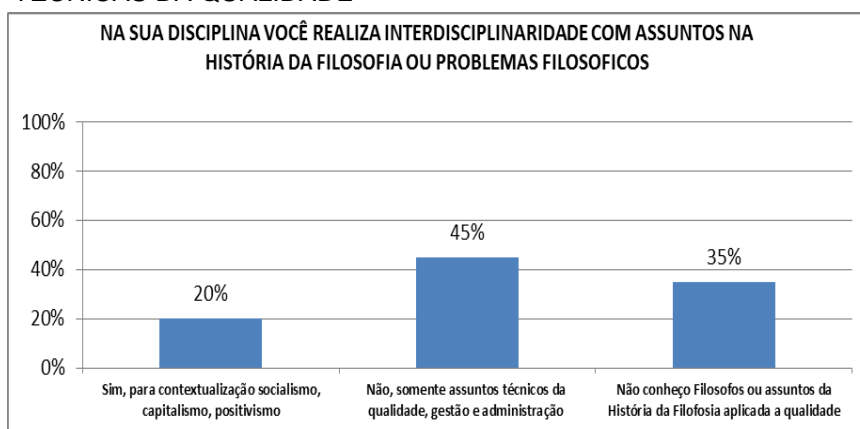


FONTE: AUTOR (2018)

Na pesquisa, os professores foram questionados sobre a interdisciplinaridade da filosofia com as disciplinas técnicas do curso técnico da qualidade, se esses incluíam assuntos da história da filosofia e problemas filosóficos no processo de ensino e aprendizagem das disciplinas técnicas da qualidade. De acordo com os dados da figura 4, 45% não realizam a interdisciplinaridade com assuntos da história da filosofia ou problemas filosóficos, o processo de ensino e aprendizagem é realizado somente com informações e disciplinas técnicas voltadas a qualidade industrial. Para 35% desconhecem assuntos da história da filosofia que podem ser aplicada ao ensino da qualidade, e 20% descrevem que realizam a interdisciplinaridade para a contextualização do capitalismo, socialismo e positivismo. Com esses dados referentes aos professores, demonstra que não é só importante ter a disciplina de filosofia na educação profissional, mas também a formação continuada dos professores das disciplinas técnicas, com assuntos da história da filosofia, sociologia, pedagogia e psicologia para que esses possam ter conhecimentos e formação em ciências humanas para a compreensão das questões

sociais, filosóficas e sociológicas, e não só formação nas ciências duras e exatas voltadas especificamente para a formação técnica.

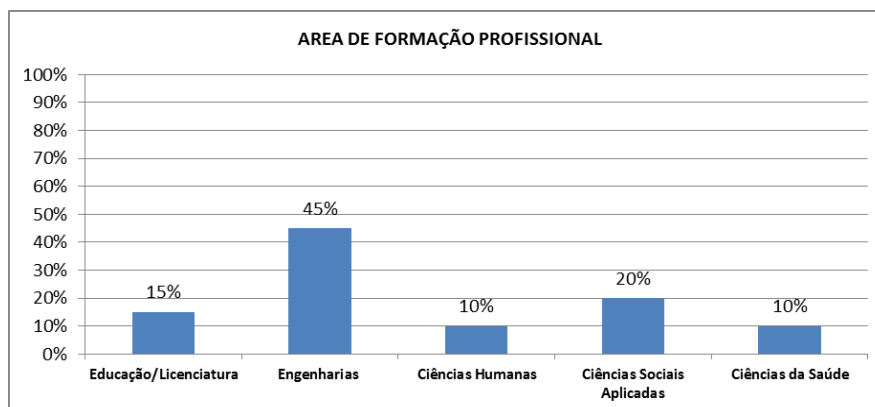
FIGURA 4: INTERDISCIPLINARIDADE DA FILOSOFIA COM DISCIPLINAS TÉCNICAS DA QUALIDADE



FONTE: AUTOR (2018)

Diante das deficiências do processo de ensino de aprendizagem, ausência da disciplina da filosofia na educação profissional e falta da interdisciplinaridade da filosofia com as disciplinas técnicas. Foi realizado um levantamento sobre a formação dos professores, na figura 5 é apresentado que 45% da amostra dos professores são formados em engenharia, 25% nas ciências humanas, 20 ciências sociais aplicadas e 10% nas ciências da saúde. Como esses dados da figura 5 é possível ter uma justificativa para dos dados da figura 4, sobre a ausência da interdisciplinaridade da filosofia nas disciplinas técnica, pois a maioria dos professores são formados nas ciências duras e exatas que no processo de formação tiveram pouco acesso as informações e conhecimento sobre a historia da filosofia, problemas filosóficos e biografias de filósofos.

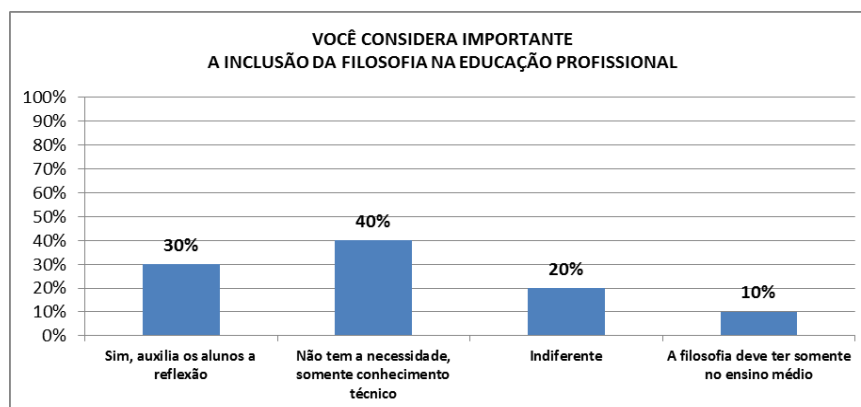
FIGURA 5: ÁREA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO TÉCNICO EM QUALIDADE



FONTE: AUTOR (2018)

Com todos os problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem na educação como a ausência de infraestrutura, formação continuada e professores com olhares tecnocratas para a formação profissional, torna-se essa modalidade ensino totalmente técnica para o abastecimento da mão de obras para a indústria e pouca formação para o mundo do trabalho e compressão de questões sociais da sociedade. Nesse contexto os professores foram questionados sobre a importância da inclusão do ensino da filosofia na educação profissional. De acordo com a figura 6. 40% descrevem que não tem necessidade a inclusão da disciplina, somente o ensino das disciplinas técnicas, e 30% descrevem que a inclusão auxiliará os alunos para reflexão, 20% acreditam que seja indiferente a inclusão ou não da disciplina, e 10% acredita que a filosofia deve ter somente no ensino médio.

FIGURA 6: IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DA FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PROFESSORES)



FONTE: AUTOR (2018)

## 5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esse trabalho visou compreender e identificar deficiências em relação à a ausência da disciplina de filosofia na educação profissional vinculado ao ensino médio, a partir da perspectiva de professores e alunos do curso técnico de qualidade da escola estadual Elysio Viana. Com a função de formar profissionais técnicos de nível médio para a atuarem em ambientes industriais, empresas, instituições públicas e organizações não governamentais, a educação profissional tem deficiências quanto ao o ensino e aprendizagem de disciplinas voltadas a formação humana para a compreensão das questões sociais, aspectos sociológicos, econômicos, políticos, éticos e filosóficos que estão presentes nas relações e no mundo trabalho contemporâneo. Com os dados identificados na pesquisa com os alunos e professores, foi possível avaliar que existem disparidade da necessidade

da inclusão da disciplina na grade curricular por parte dos alunos e uma resistência dos professores em aceitarem a filosofia como uma disciplina importante no processo de construção do conhecimento e para a interdisciplinaridade com informações e conhecimento técnicos específicos da formação profissional. A ausência do ensino da filosofia nos cursos de educação profissional propicia um efeito cascata no processo de formação dos profissionais que vão adquirir somente conhecimentos técnicos e terão dificuldade para assuntos voltados a relacionamento interpessoal, compreensão dos processos ideológicos dos sistemas produtivos, alienação patronal e sindical, o uso da sua mão de obra como mercadoria e questões sociais voltados ao trabalho e da sua realidade social. Outro reflexo é a utilização desses profissionais como mão de obra barata, que não reivindica direitos sociais e trabalhista, explorada como mercadoria alienada e uma peça ou robô para apertar parafusos dentro do sistema capitalista, na qual não é levada em consideração seus valores, pensamentos, cultura e saberes tradicionais da sua realidade.

Portanto, o presente trabalho abre um leque para novas pesquisas no o ensino da filosofia na educação profissional e ensino profissionalizante, principalmente no que diz respeito a historia da filosofia, problemas filosóficos, influencias da filosofia e filósofos na formação profissional, correntes filosóficas no processo de construção das sociedades e a influencia da corrente marxista, positivista e o liberalismo na educação, relações e mundo do trabalho. Esses temas são essenciais para a formação dos cidadãos para que eles entendam as questões sociais e realidade na comunidade na qual o aluno, professores e escola estão inseridos. Espera-se que essas novas pesquisas em futuro próximo, propiciem a revisão das diretrizes curriculares da educação profissional para a inclusão da filosofia nos cursos técnicos, assim esse entenderão a complexidades dos processos econômicos, filosóficos, sociológicos, comportamentais, ideológicos e educacionais que estão inseridos nos sistemas produtivos e linhas de produção no mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Repensando a ideologia e o currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. Currículo cultura e sociedade. 2. ed. rev. São Paulo (SP): Cortez, 1995. 154p.

ARANHA, Maria L.A. MARTINS, Maria H. P. **Temas de Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm)>.  
 Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm)>.  
 Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm)>.  
 Acesso em 24 out. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial**. Planalto. Brasília. 2014. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Educação Básica: Censo 2008 indica tendências da educação**. MEC. Brasília.2009. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=11960&catid=211](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11960&catid=211) Acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Planalto.Brasília.2001. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm) acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.684 de 2 de junho de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio**. Brasília: Planalto. 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm) Acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Planalto. Brasília. 2014. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 15 mai. de 2018.



BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Planalto. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm) . Acesso em: 15 mai. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: Planalto. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm) Acesso em: 15 jun. de 2018.

BRASIL. MEC. **Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, dez. 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file> Acesso em: 15 abr. de 2018.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais e ética.** MEC. Brasília: S.E.F., vol. 8, 1997.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 16/99. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília: MEC. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_parecer1699.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_parecer1699.pdf) f>. Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias.** MEC. Brasília. 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf> Acesso em: 30 jul. de 2016.

BRASIL. **Portaria MEC Nº 1005/97. Implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional/PROEP.** MEC. Brasília. 1997. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC1005\\_97.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC1005_97.pdf) Acesso em: 19 mai. de 2018.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 04/99. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília: MEC, 1999. Disponível em: Acesso em: 25 mar. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.** MEC. Brasília. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category\\_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 20 mai. de 2018.

ClAVATTA, M. **Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade.** In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

CNI. **História do SENAI – Serviço Nacional de aprendizagem Industrial.** Portal da Industria. São Paulo.2017. Disponível em:

<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/historia/> Acesso em: 25 out. de 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Educa o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado**. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, Vol. 1. nº 1, 2002 p. 45-60.

FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria. **A formação do “cidadão produtivo”. Da política de expansão do ensino médio técnico nos anos 90 à política de fragmentação da educação profissional nos anos 90: entre discursos e imagens**. Projeto de Pesquisa. Niterói: UFF, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **A experiência do trabalho e a Educação básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso em: 29 out. de 2017.

GRABOWSKI, G.; Ribeiro, J. A. R. **Financiamento da educação profissional no Brasil: contradições e desafios**. 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia\\_curriculo\\_gabriel.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/conferencia_curriculo_gabriel.pdf) Acesso em: 25 out. 2017.

KUENZER, A. **Pedagogia da Fábrica**. São Paulo: Cortez. 1995.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 2ª edição, São Paulo, Ciências Humanas, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **CNTC: CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS**. 3 ed. Brasília, 2016. 290 p.

NÓVOA, António. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.  
SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. 2012. Disponível em: [http://proferlao.pbworks.com/f/intr\\_+periodo+pombalino+Ana+Seco.pdf](http://proferlao.pbworks.com/f/intr_+periodo+pombalino+Ana+Seco.pdf) Acesso em: 3 nov. de 2017.

SOUZA, Jesse de. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. São Paulo: Leya, 2017. 240 p.

TESCAROLO, Ricardo; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Complexidade, currículo e ética: o parto de um novo mundo. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 7, n. 22, p.39-52, 01 set. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/4153/4066>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.